

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE SANTA MARIA – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TIAGO VASCONCELOS AIRES, brasileiro, solteiro, estudante de Direito, filiado ao Partido Comunista do Brasil de Santa Maria – PCdoB/SM, portador do Título de Eleitor nº 68462370493, Zona 041, Seção 174, domiciliado e residente na Rua Maria Quitéria, nº 678/02, Bairro Passo D’Areia, CEP 97.010.330, munícipe eleitor, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos art. 25 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria (LOMSM), e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Maria (RICMSM), defender diante dessa Casa Legislativa e de seus membros,

a formação de uma **Comissão Parlamentar de Inquérito** para investigar as denúncias veiculadas pela imprensa que mostraram médicos do Município de Santa Maria descumprindo sua jornada de trabalho.

Venho a presença de Vossa Excelência solicitar a **formação de uma CPI da Saúde na Câmara de vereadores de Santa Maria**, pelo fato de que as imagens e as declarações dadas a imprensa pelas autoridades, demonstram que os médicos flagrados descumprindo jornada de trabalho agiam com a conivência dos cargos em comissão (nomeados pelo prefeito), responsáveis pelos postos de saúde onde os fatos ocorriam, da Secretária de saúde do município e do próprio prefeito César Schirmer (PMDB).

O encaminhamento de projeto propondo a redução de jornada sem redução de salários apenas para os médicos demonstra que o prefeito Schirmer tinha pleno conhecimento da ilegalidade e buscava com isso "legalizar" a improbidade (administrativa).

Esse fato já poderia ensejar um pedido de cassação de mandato em face do prefeito, mas diante das justificativas de alguns parlamentares para rejeitar abertura de processo de cassação anteriormente apresentado, opta-se, por enquanto, por solicitar que os membros desta casa legislativa discutam e formem uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde de Santa Maria para investigar os fatos narrados e amplamente divulgados pela imprensa local e nacional e ao seu final apontar as devidas responsabilidades.

Santa Maria, 17 de junho de 2016.

Nestes termos,
Pede deferimento.

TIAGO VASCONCELOS AIRES

Médicos de Santa Maria são flagrados descumprindo jornada de trabalho

Equipe da RBS flagrou 2 médicos saindo mais cedo dos postos de saúde. Secretaria diz que irá apurar; projeto de redução de jornada gera polêmica.

Tiago GuedesDa RBS TV

Em **Santa Maria**, na Região Central do Rio Grande do Sul, médicos da prefeitura foram flagrados descumprindo horário de trabalho. O contrato prevê seis horas de jornada no posto de saúde, no entanto, há profissional que permanece poucos minutos no local de serviço, como mostra reportagem do Jornal do Almoço (*veja no vídeo*).

Os pacientes reclamam da demora no atendimento e relatam ainda que muitos postos de saúde funcionam apenas durante o turno da manhã. Por uma semana, a equipe da RBS TV acompanhou a rotina nos locais e flagrou dois médicos saindo mais cedo do trabalho. Em nota, o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) afirmou que está "buscando informações junto aos médicos da cidade, bem como à Secretaria Municipal de Saúde".

Em um dos flagrantes, a pediatra Dalva Maria Dalla Barba Londero deixa o posto de saúde Dom Antonio Reis sem ficar nem duas horas no local. Conforme o Portal da Transparência da Prefeitura de Santa Maria, em maio ela recebeu salário de R\$ 7.939,87 para cumprir uma jornada de trabalho de seis horas diárias.



Pediatra é vista chegando ao posto de saúde

(Foto: Reprodução/RBS TV)

No dia da gravação da reportagem, a pediatra deixa o posto às 8h04, pouco mais de 1h30 depois de entrar. Às 8h15, ela já está em seu consultório particular, onde atende todas as manhãs. A informação foi confirmada pela secretária, quando a reportagem telefonou para marcar uma consulta.

- Amanhã posso botar cedinho, 8h45.
- E à tarde também tem?

- Até as 15h ela fica aqui, no máximo.

No dia seguinte, mais uma vez, após 1h30 no posto de saúde, a médica vai embora. A reportagem questionou a profissional sobre a situação.

- A senhora está indo para seu consultório particular?

- Não! Vou no hospital.

- Como é que a senhora faz para cumprir o seu horário, a senhora tem contrato de quanto tempo com a prefeitura?

- (silêncio) O meu contrato é de 30 horas.

- Temos imagens da senhora trabalhando só das 6h30 as 8h da manhã. Como é que a senhora cumpre seu horário? A senhora atende por ficha ou consegue cumprir horário?

- É por demanda.

- Não tem um horário certo?

- Não tem um horário certo.

- E como é que é o ponto? Não tem um ponto?

- É, isso eu não vou comentar contigo, porque isso é uma coisa, um acerto que a gente faz com a secretária [da Saúde], então tem que conversar com ela.

Ginecologista tem dois contratos para turno da manhã

No outro lado da cidade fica o posto da Cohab Santa Marta, uma das regiões mais pobres de Santa Maria. Lá, o ginecologista Alexandre dos Santos Leite chega para trabalhar às 10h04.



pacientes pela manhã (Foto: Reprodução/RBS TV)

Ginecologista tem dois contratos, onde diz atender

Ele também é concursado e entrou para o quadro da prefeitura em março de 2000. O ginecologista recebe um salário de pouco mais de R\$ 4 mil para cumprir seis horas de trabalho por dia.

Em um deles, o expediente durou apenas 37 minutos. Do posto de saúde, ele foi direto para casa. O médico tem outro contrato com a Prefeitura de Santa Maria, de mais seis horas diárias, para atuar em outro posto de saúde, onde recebe um salário de quase R\$ 7 mil reais. A soma dos dois rendimentos totaliza cerca de R\$ 10 mil por mês, por 12 horas de trabalho por dia.

Questionada, a atendente da unidade disse que ele também trabalha só no turno da manhã.

- Segunda, terça e quarta, ele vem às 8h.
- Tá. E quinta e sexta?
- É 8h, 8h30.

Desta forma, o médico teria que estar nos dois postos de saúde no mesmo turno, e ao mesmo tempo. Ele ainda tem um consultório particular, onde também só atende pela manhã. Quem confirmou foi a secretária dele, por telefone, quando a equipe de reportagem tentou marcar um exame de ultrassom.

- De manhã às 9h15, é isso?
- Isso.
- E à tarde? Tu tens horário?
- À tarde eu tenho às 14h15.

Procurado, o médico não quis gravar entrevista e disse que o assunto deveria ser tratado diretamente com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers).

Servidora da Secretaria da Saúde confirma

Uma servidora da Secretaria de Saúde, que não quer ser identificada, confirmou que os médicos das unidades de saúde de Santa Maria não cumprem horário e nem batem ponto.

“Para encaixar alguém, tem que a pessoa estar muito mal e a enfermagem chegar e pedir ajuda, né? E alguns casos a gente consegue. Mas geralmente é encaminhado pro P.A. (Pronto Atendimento), porque nunca tem médico. Geralmente eles estão fora do local de trabalho. E a gente que precisa de socorro, chamar muitas vezes até o Samu pra nos dar auxílio, porque eles não estão na unidade”, afirmou a mulher.

A falta de médicos é o motivo alegado pela Secretaria da Saúde para deixar todos os 17 postos fechados à noite. Mas à tarde, muitas unidades também não prestam atendimento.

Santa Maria tem cerca de 280 mil habitantes e a própria prefeitura confirma que a assistência básica em saúde cobre apenas 20% da população total. Se alguém precisa de consulta sem agendamento prévio, tem que enfrentar fila nas três Unidades de Pronto Atendimento.

Os profissionais marcam o horário de entrada e saída a mão, com papel e caneta. “Eles assinam a folha ponto e alguém assina pra eles depois, que eles trabalharam. Mas não tem relógio ponto, não tem digital, é folha ponto escrita”, explica a servidora, que prefere não se identificar.

Cada posto tem um chefe administrativo, que fica responsável por fiscalizar o ponto dos servidores. A secretária da Saúde negou a existência de um suposto acordo com os médicos.

“Eu estou aqui há dois anos e não existe este acordo. O que existe é uma lei municipal de produção, que eles ganham, devem ganhar mais 100% se atingirem um número x de consultas, mas não existe acordo. A carga horária precisa ser cumprida, isso é lei”, sustentou a secretária.

Ainda segundo ela, o caso dos médicos flagrados pela reportagem será apurado. “Eu não vou te afirmar que as pessoas não estão cumprindo efetivamente, eu recebo aqui uma efetividade, de

carga horária realizada. Eu tenho que ter mais segurança sobre isso. Isso é um problema que nós temos que resolver. Agora também posso te dizer que tem que ter uma solução pra isso. Nós temos excelentes médicos e não podemos perdê-los”, acrescentou ela.

Novo projeto causa polêmica

Para tentar evitar que os médicos saiam antes do horário, pontos eletrônicos com leitor biométrico vão ser instalados em todos os postos de saúde. Ao mesmo tempo, a prefeitura quer implementar uma solução que vem causando polêmica: reduzir a jornada de trabalho para apenas quatro horas diárias, mas sem reduzir os salários.

“Porque tem muito médico pedindo demissão. Se eu fizer um levantamento, isso está aumentando e em outros municípios isso também ocorre. O esvaziamento de médico no SUS é uma realidade, um problema. Então talvez com uma carga horária de 20 horas você consegue reter e controlar e reter”, ponderou a secretária.

A proposta de redução da jornada de trabalho apenas para os médicos irritou os demais servidores. Ainda nesta semana, eles fizeram uma paralisação que durou um dia, quando apenas os serviços de urgência foram mantidos.

O projeto é visto como um aumento de salário disfarçado, uma forma de oficializar o não cumprimento da carga horária dos médicos.

“A categoria é contra o projeto. Eu falo não só como presidente, mas como usuário. A saúde em Santa Maria já está um caos e reduzir a jornada dos médicos vai piorar ainda mais a situação”, analisou o presidente do Sindicato dos Municípios da cidade, Renato da Silva Costa.

A proposta, no entanto, ainda não foi encaminhada à Câmara dos Vereadores. O Simers se pronunciou em nota sobre o caso.

Leia na íntegra:

"O Sindicato Médico do Rio Grande do Sul e o Sindicato dos Médicos de Santa Maria informam que tomaram conhecimento do fato através da imprensa e estão buscando informações junto aos médicos da cidade, bem como à Secretaria Municipal de Saúde. Esclarecemos que a atuação do SIMERS, enquanto entidade sindical, é no sentido de discutir condições gerais de trabalho, remuneração e demais questões pertinentes à atividade médica."